

Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço
das comunidades

Setembro de 2012 ■ Ano VII ■ Nº 08

COPA, OLIMPÍADAS E O POVO?

Domingo no Pico do Santa Marta

Manifestação realizada no domingo, 2/9, contra a ameaça de retirada de cerca de 150 moradores do pico do Morro Santa Marta. O local é uma das vistas mais bonitas do Rio de Janeiro, e hoje é um lugar privilegiado dentro da favela. As famílias querem do poder público obras de contenção para continuarem em suas casas, e não expulsão. As remoções são ligadas à especulação imobiliária. Por isso os trabalhadores precisam organizar sua resistência. Essas são algumas questões que abordamos nessa edição.

URBANIZAÇÃO
SEM
REMOÇÃO

SANTA MARTA
"MODELO"
DE QUÊ?

SERÁ A
COPA? OU
OLIMPÍADAS
DAS REMOÇÕES

NÃO SOMOS
MERCADORIA
PARA SER
VENDIDO STA

FAZ
SEM
VOZ

2/9/2012 8:42

PÁGINA 3

Ocupações urbanas exigem direito à moradia

PÁGINA 5

Crack é questão de saúde pública e proteção social

PÁGINAS 6 E 7

Entrevista sobre megaeventos e remoções

PÁGINAS 11 E 12

Cultura e política na história do país e no Rio hoje

EDITORIAL

Comunicação popular apresenta as contradições do Rio de Janeiro

A comunicação é um direito de todos. Infelizmente pouca gente se dá conta disso, e acha natural poucas famílias controlarem a mídia no Brasil. Uma minoria escolhe os assuntos que debateremos diariamente com nossos amigos, parentes e conhecidos. Por esse motivo a comunicação popular é tão importante. Pelas rádios e jornais comunitários, quem não tem espaço nos grandes veículos de mídia tem a oportunidade de fazer sua voz ser ouvida. Só assim poderemos construir outra sociedade.

Este jornal *Vozes das Comunidades* é feito por moradores de diversas favelas do Rio, militantes de movimentos sociais, estudantes e apaixonados pela comunicação. É feito por quem não se sente representado pelo O Globo nem pelo Meia Hora; pelo Jornal Nacional e nem pelo Jornal Hoje. A publicação é uma tentativa de disputar ideias e versões sobre esse tão contraditório Rio de Janeiro.

“Cidade maravilhosa” para poucos, terra de infrações para muitos. Para sediar megaeventos como a Copa e as Olimpíadas, por exemplo, a exceção passou a ser regra geral. É essa análise do historiador Guilherme Marques, um dos nossos entrevistados para essa

edição. Como ele avalia, para garantir o espetáculo temos assistido a tristes episódios de remoções forçadas e especulação imobiliária. Enquanto isso, empresas e investidores vêm recebendo cada vez mais privilégios. “Este é um projeto de pensar a cidade como empresa, voltada para garantir lucro dos seus acionistas, e não dos trabalhadores”, avalia Marques.

Nesta edição também falamos sobre as ocupações urbanas que são alternativa à falta de moradia digna para grande parte da população, citando o belo exemplo da ocupação Manoel Congo, na Cinelândia. Abordamos ainda o movimento nacional pela valorização da educação; a privatização da saúde no Brasil e no Rio; e os impactos sociais e ambientais causados por megaempreendimentos na Baía de Guanabara e de Sepetiba, levando à morte quem se opõe a esse modelo. Não fica de fora a luta das mulheres por igualdade salarial; a cultura no passado e no presente; futebol feminino; Cúpula dos Povos; além de outros assuntos. Se quiser nos conhecer melhor, visite nosso blog: <http://vozesdascomunidades.org>

Boa leitura!

IMAGEM DA VIDA



Marcha “Candelária Nunca Mais”

Um basta à violência praticada continuamente contra jovens no Brasil. O ato foi organizado para lembrar os mortos na Chacina da Candelária, que em julho deste ano completou 19 anos. (27/7/2012)

OPINIÃO

SEGURANÇAS de privilégios

Governos militarizam a sociedade para continuar as injustiças

São os trabalhadores pobres que proporcionalmente pagam mais impostos do que os ricos. Dessa forma, o dinheiro deles é usado contra eles próprios para serem alvos e cobaias da guerra de classes que existe na sociedade.

Por Aneci Palheta e
Sérgio Galiazzo Pimentel

● **ESTA É A MENSAGEM DELES:**
As falas dos governos são essas. Só que eles disfarçam, vejamos:

“Damos para vocês a ‘ordem’, migalhas e balas”. Colorimos barracos, maquiemos bairros. Mas, calem-se. Temos helicópteros, caveirões, aviões de Israel superfaturados. Vocês não terão áreas para ciclovias. Mas haverá áreas para filas na saúde, na creche, na escola...

Em troca, queremos IPTU e locais para retratos de nossos candidatos. Assim, com grande maioria legislativa, subfaturaremos nossas riquezas e superfaturaremos todas as obras. Conduziremos vocês felizes na “nossa” Zona Sul sem tiroteios, local onde turistas os visitarão e haverá muitos de vocês que se tornarão microempresários. Felizes empreendedores, com ONGs convenientes conosco, com até aula de balé e

promessas de ‘trabalhar’ até no exterior. Nosso controle será o “movimento” no atacado. Como vocês pagam a PM não precisará de fogueiros, soldados e etc.

● **ESTA É A NOSSA RESPOSTA:**
Pagamos as balas e os treinamentos dos capatazes com nossas vidas e sequelas físicas e mentais. Mantemos assim as suas riquezas injustas com o próprio dinheiro que vocês nos tiram.

Segurança jurídica para os empresários é manutenção de contratos, sem participação popular. Para nós, isto não representa segurança nenhuma, pois estes juízes são apadrinhados pelos próprios pais. É por isso que notícias de fraudes em concursos são logo abafadas. No Judiciário e no Ministério Público predominam confrarias e verdadeiras máfias.

Quando vocês querem nossas casas, não há justiça nem para os moradores de 30, 50, 60 anos. Antes são ameaçados. Muitos são comprados e quem resiste é despejado sem nenhuma compensação. São obrigados a entrar na “Justiça” para tentar cobrir parte dos benefícios que fizeram. Ontem os locais eram pântanos. Hoje são aterrados, valorizados e sujeitos à especulação imobiliária. Por isso, muitos de seus moradores são injustamente desalojados sem receber a chave da nova moradia.

EXPEDIENTE: Vozes das Comunidades

Jornal do Curso de Comunicação Popular e Comunitária do NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (21) 2220-5618 / 9923-1093

Edição: Claudia Santiago - Diagramação: Daniel Costa

Agradecimentos:

Adriano Alves • Ana Lúcia Vaz • Arthur William • Bar do Zê Baixinho • Bonde da Cultura • Daniel Costa
Derval Silva • Flavio Kactuz • Gabriela Gomes • Grupo ECO • Gustavo Barreto • Guilherme Marques
Hugo Parra • Itamar Silva • José Claudio Alves • Latuff • Luisa Santiago • Muza Clara
Reginaldo Moraes • Repper Fiell • Sheila Jacob • Tatiana Lima • Tomaz Miranda • Vito Giannotti

APOIO: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO E SINDICATO DOS ENGENHEIROS (RJ)

Equipe:

Adriana Medeiros • Aneci Palheta • Bárbara Machado • Claudia Morgana • Douglas Heliodoro
Eric Fenelon • Euro Mascarenhas • Eva Ganc • Henrique Fornazin • Janaína Nascimento
Jane Nascimento • Jonathan Ferreira • Josete Bezerra • Julio Lacerda • Keila Machado
Luiza Chuva • Luiza Toré • Malu Machado • Maria Zélia Dazzi • Mario Cavalcante
Natalia Urbina • Pablo Lopes • Paulo Thomé • Rebeca Vitória Soares • Ricardo Felix
Rita Lima • Rosilene Ricardo • Sérgio Pimentel • Tainara Nascimento • Tatiana Lima

CIDADE

220 MIL IMÓVEIS ABANDONADOS - Trabalhadores se organizam frente à falta de moradias

Ocupações urbanas no Rio exigem direito à habitação

Existem 220 mil imóveis vazios no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a estimativa é de um déficit habitacional de 149.200 moradias na cidade.

Por Henrique Fornazin,
Euro Mascarenhas e Adriana Medeiros



Atividade no Espaço Criarte

Caminhar pelo centro do Rio e não encontrar um prédio abandonado hoje é quase impossível. São imóveis públicos e privados abandonados há 10, 15, 20 anos, deteriorando o patrimônio público e a memória de nossa cidade. A população é exposta a riscos como incêndios, desabamento, violência e doenças. Dados do IBGE de 2000 mostram a existência de 220 mil imóveis vazios no Rio. A estimativa é de um déficit habitacional

de quase 150.000 moradias na cidade.

Apesar da contradição entre falta de moradias e imóveis vazios, as autoridades e órgãos públicos não procuram um caminho para a regularização fundiária das ocupações nestes imóveis, o que

está previsto na Constituição Estadual, Estatuto da Cidade, Lei orgânica do Município do RJ, dentre outras leis. Todo o encaminhamento pela via do interesse social, cultural e de memória da cidade tem sido descartado, marginalizado ou criminalizado. Ou seja: o direito humano à moradia não vem sendo respeitado.

Trabalhadores contam história diferente

Na contramão desse quadro assustador, trabalhadores mostram que pela luta, mobilização e muita organização é possível construir uma história diferente. É o caso da Ocupação Manoel Congo, localizada ao lado da Câmara dos Vereadores. Moram lá 42 famílias, cerca de 120 pessoas. O prédio de propriedade do INSS esteve fechado por 15 anos. Porém, em 28 de outubro

de 2007, o edifício foi ocupado por famílias organizadas por meio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Foram necessários protestos e acampamentos na sede do INSS no Rio e uma longa luta no judiciário. Foram muitas reuniões e debates junto aos militantes para pressionar os governos federal e municipal, através de mobilizações políticas e brechas jurídicas. Foi a primeira compra pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social no Brasil e as famílias conquistaram a concessão de uso do prédio.

Quatro anos depois a história vem mostrando resultados. Hoje lá funciona uma biblioteca; uma escola, com parceria pedagógica de universitários militantes; o espaço CRIARTE Mariana Crioula para as crianças se reunirem; a praça de alimentação e a sala de assembleia.

ELISETE E RAQUEL - a descoberta que seu problema não era individual

Ocupação Manoel Congo é exemplo de organização popular

Projeto desenvolvido na ocupação prevê a profissionalização de moradores de ocupações da área central

Os moradores não estão parados. Após as primeiras conquistas, deram outros passos. Escreveram um projeto para seleção de um edital público do Programa Desenvolvimento & Cidadania patrocinado pela Petrobrás. Ganham e colocaram em prática o *Estação Cinelândia*, que teve início em novembro do ano passado.

O projeto prevê a profissionalização de moradores de ocupações da área central com capacitação em diversas áreas e a qualificação para gestão da obra do prédio e a construção do centro cultural Mariana Crioula. A proposta é valorizar a cultura da culinária brasileira de dia e a cultura musical do samba à noite, uma mistura de restaurante com casa de samba, gerando autossustentabilidade e renda.

Um projeto dos moradores

O Projeto Estação Cinelândia é autogerido por moradores e militantes do próprio movimento. **Elisete Napo-**

leão, que está na administração, diz que mais do que um projeto de geração de renda, o objetivo é mostrar para a sociedade que as políticas públicas devem assegurar os direitos básicos dos trabalhadores e ao mesmo tempo construir uma cidade mais justa.

“O projeto é de capacitação profissional e geração de trabalho e renda para moradores das ocupações da área central do Rio. Ao mesmo tempo ele é um mobilizador da política pública na área de habitação, porque a gente sabe que a população das ocupações dos prédios do Rio tem pouca possibilidade de se sustentar sem nenhum apoio”.

Saúde, Educação e Moradia
“Aqui a gente está no centro da cultura carioca, é muito bom fazer parte de tudo isso!”

Ex- moradora do Morro de São Carlos e Cantagalo, Elisete explica que morar no centro representou participar de um projeto que beneficiasse a todos, reunindo saúde, educação e moradia. “Ganhei mais do que uma casa. Optei

ir para a ocupação por acreditar numa proposta que pudesse beneficiar também aquela comunidade. Hoje eu chego lá e posso discutir o PAC e a urbanização de uma forma mais legítima”, afirma. Para ela, habitar no centro também foi importante por fazê-la se sentir legitimada em exercer seu direito à cidade. “No Centro você tem acesso a tudo. É muito mais fácil arrumar emprego, hospitais. As boas escolas estão aqui, a escola Villa Lobos, o Circo Voador, a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal... Aqui a gente está no centro da cultura carioca, é muito bom fazer parte de tudo isso!”, revela.

Raquel dos Santos, casada e mãe de dois filhos, conta com orgulho que os comerciantes vizinhos, que no começo não gostavam dos moradores, passaram hoje a respeitá-los. “No começo a gente era mal visto, mas agora todo mundo já aceita a gente”.

Ela se entusiasma ao falar sobre o que mudou na sua vida depois da ocupação. “Eu não tinha planos para o futuro, e



Elisete Napoleão e Raquel dos Santos, moradoras da ocupação

hoje eu consigo pensar em ver meus filhos numa escola legal. Eu mesma estou me capacitando pra ter um bom emprego e quero voltar a estudar”.

Ela também fala sobre a aproximação com as lutas sociais. “Antes eu não tinha interesse em nada, eu nem sabia o que era movimento social. Quando morava no Caju aquele era meu mundinho. Hoje em dia, por morar em uma ocupação de movimento social, eu passei a conhecer outras pessoas, outros movimentos”, conta. E para quem pensa que a questão é só o umbigo, Raquel arremata: **“A gente sabe que a gente começou e deu certo. Isso é importante para entendermos que, com a luta, podemos chegar aonde queremos”.**

SERVIÇO PÚBLICO

A saúde está sendo privatizada no Brasil

SISEJU
Sindicato dos Servidores do
Federalis no Estado do Rio de

Douglas Heliodoro



Manifestação no Centro do Rio contra demolição do Hospital Central do IASERJ

HOSPITAIS PÚBLICOS - usuários sentem piora no atendimento

Por Douglas Heliodoro

A Constituição Federal de 1988 proíbe a terceirização dos serviços na área da saúde. Mas, apesar disso, esses serviços vêm sendo privatizados dia após dia. Este processo foi possibilitado pelas medidas neoliberais do governo FHC, a partir de 1995.

A privatização ocorre tanto na esfera federal como na estadual. No âmbito federal, foi aprovada a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que ficou responsável pela administração dos hospitais universitários. Há 45 hospitais universitários no país. Eles são responsáveis por 90% das pesquisas na área de saúde e pela formação de profissionais, além do atendimento à população.

Os médicos-professores, estudantes e técnicos desses hospitais afirmam

que, com a administração da EBSERH, eles perderão autonomia na realização das pesquisas. Segundo eles, também haverá uma grande rotatividade de profissionais. Isto porque a contratação dos funcionários passará a ser feita sob o regime da CLT, a partir da avaliação de currículo, o que pode favorecer a contratação de amigos.

No Rio, privatização vem com as Organizações Sociais (OS)

Já no Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de São Paulo, foram criadas as Organizações Sociais (OS). As OS são ONGs, muitas vezes ligadas às associações de moradores. Elas ficam responsáveis pela administração e contratação de funcionários para atuarem nas unidades de pronto atendimento, como a Clínica da Família e as UPAs. Com a implantação desses postos de pronto atendimento em suas localidades, moradores não conseguem ser

atendidos em hospitais de outras regiões, mesmo que essas unidades não funcionem.

Em entrevista ao *Voices das Comunidades*, Sonia Regina, moradora da favela de Rio das Pedras, falou sobre a dificuldade de atendimento na recém inaugurada Clínica da Família. Ela diz que os exames são marcados para até dois meses após a consulta. Ao tentar atendimento no Hospital Miguel Couto, localizado na Gávea, foi informada que só poderia ser atendida na unidade da sua região.

Através desse relato, percebe-se que a privatização do SUS não significa melhoria no atendimento. O sistema de saúde necessita de mais investimento e de uma gestão pública de qualidade. Os governantes gastam mais com a dívida pública do que com saúde e educação. O Orçamento Geral da União de 2011 aponta que foram gastos 45,05% dos recursos da União com juros e amortizações da dívida pública. Enquanto isso, a saúde recebeu apenas 4,07%.

Governo do Rio anuncia demolição do IASERJ

O último golpe aplicado na saúde, no Estado do Rio, ocorreu na madrugada de domingo, dia 15 de julho de 2012. Nesta data, policiais militares, bombeiros e até a tropa de choque da PM invadiram o Hospital Central IASERJ, e começaram a transferir, à força, pacientes em estado grave. Funcionários, usuários e movimentos sociais acamparam no hospital para impedir o seu fechamento.

O IASERJ do Centro do Rio será desativado para dar lugar a um centro de tratamento e pesquisa do Instituto Nacional do Câncer (INCA). A instituição ocupa 11 prédios no Centro do Rio, possui 400 leitos, faz cerca de 10 mil atendimentos por mês e possui 44 especialidades.

SAÚDE

LAVAR SUAS MÃOS COMO PILATOS É FÁCIL - não adianta fingir que não existe

Crack é um problema mundial e carioca a ser enfrentado

Em época de Copa e Olimpíadas, para valorizar turismo e megaempreendimentos a Prefeitura do Rio diz querer limpar a cidade. Para isso, infringe direitos básicos do cidadão.

Por Rita Lima

Os que vivem hoje em situação de rua são os mais atacados e perseguidos pela ação de “higienização urbana” da prefeitura. Crianças e adolescentes são recolhidos mesmo contra a sua vontade. Com os adultos, vem o choque de ordem. Choque de ordem é uma ação da Prefeitura criada para reprimir pessoas que vivem nas ruas e os camelôs.

Para ter apoio da população, a prefeitura usa a grande mídia para calar e iludir a sociedade quanto às pessoas que vivem nas ruas. Os usuários de drogas, em particular os que consomem o crack são os que mais sofrem.

Clauton Cardoso, morador da favela do Jacarezinho, vê diariamente a rotina dos usuários. Ele diz que são “pessoas que abandonam o trabalho, a família... vivem literalmente como zumbi, não se alimentam, dormem de dia e ficam acordados a noite toda. Eles vivem em baixo de viadutos, ponte com esgotos. Muitos deles vivem literalmente com porcos, ratos e baratas”.

Para ele, a forma como a Prefeitura age não resolve nada. “O Estado nunca conseguiu, nem conseguirá, fazer ou dar uma solução no combate ao crack e na ressocialização dos dependentes se não houver uma parceria do Estado com as famílias dos dependentes e as organizações que lidam e militam nessa área”, afirmou, em junho de 2011, em audiência, na Câmara dos Vereadores.



O Serviço Social e o choque de ordem

O choque de ordem da Prefeitura utiliza de agressões e humilhações para levar pessoas que vivem nas ruas e usuários de drogas. Para o Conselho Regional de Serviço Social (Cress-RJ), estas ações que o estado chama de recolhimento, na verdade são “uma reedição das antigas ações de ‘segregação dos loucos’.

A assistente social Ellen Souza diz que é preciso investigar as denúncias de que os usuários do crack estão sendo segregados, como os portadores de doença mental já foram em outras épocas.

Cristina (nome fictício), 16 anos, costuma ficar na região da Lapa. Ela contou ao jornal *Vozes das Comunidades*, na madrugada do dia 15 de julho, que já fugiu várias vezes dos homens ou os “azuis da van cinza”, como ela chama os “educadores sociais” (a prefeitura utiliza uma van cinza e os educadores costumam vestir preto ou colete azul). “Eles chegam batendo, sem perguntar nem o nome das pessoas, todos vestidos de preto”.

No mesmo dia, Juliano (nome fictício), 18 anos, também falou ao jornal. Ele diz ser usuário de crack há cinco meses. Ele é de Nova Iguaçu, e hoje vive pelas redondezas da região Central do Brasil. Ele fala: “eu não vou para o abrigo não. Dizem que vou sair de lá pior do que eu estou”. Os “tios” (adultos que também vivem na rua) falam que lá é um centro de concentração.



Rio de Janeiro

Em meados de 2011, na audiência pública ocorrida na Câmara dos Vereadores, foi feita uma denúncia acerca da tentativa de assassinato que um grupo de pessoas em situação de rua, que dormia na Rua Pedra Lessa, sofreu quando o choque de ordem os levou à força para o abrigo de Antares.

A Prefeitura, ao realizar as ações, não respeita o termo de compromisso assinado em agosto de 2011, pelo prefeito Eduardo Paes, que garante: “o respeito à dignidade da pessoa humana e atendimento humanizado”.

Entrevista com Hilda Corrêa

Em todo o mundo, nas grandes cidades, milhares de pessoas vivem em situação de rua

O jornal *Vozes das Comunidades* conversou com a assistente social Hilda Corrêa de Oliveira, sobre o que leva uma pessoa a viver na rua. Para Hilda, “ninguém mora na rua porque gosta. O desemprego, a falta de moradia, o uso abusivo de álcool e drogas e as desavenças familiares que fragilizam ou rompem os laços afetivos são os principais motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas. Perguntamos a ela, para onde vão homens, mulheres, famílias “recolhidos” nas ruas da cidade do Rio de Janeiro? Há abrigos? Como são tratadas estas pessoas? Sua resposta faz pensar: “Diariamente centenas de pessoas são afastadas dos lugares mais ricos e nobres da cidade e levadas para áreas da periferia da cidade, provocando mais uma vez, o rompimento dos vínculos que as pessoas costumam estabelecer no local onde se encontram”. A questão que fica é: como lidar com esse fenômeno? Essa é uma questão de saúde e



de proteção social e não de medidas punitivas e de cerceamento da liberdade. É preciso aumentar a oferta de serviços de saúde na rede pública, como os Centros de Atenção Psico Social especializados em álcool e drogas.

Onde denunciar os abusos:

- ✓ Comissão Especial da Câmara dos Vereadores
- ✓ Centro Nac. de Defesa de Direitos Humanos da população que vive nas ruas: centronddh@gmail.com
- ✓ Disque 100 da SDH
- ✓ Defensoria Pública
- ✓ Ministério Público



Valney, frade do Convento Santo Antonio, registrou uma pessoa dormindo embaixo do ônibus da prefeitura na Central do Brasil.

COPA E OLIMPÍADAS - grandes obras a serviço do capital

Megaeventos reforçam projeto de cidade que bene

Empreiteiras e grandes especuladores de terra serão os beneficiados. E qual o custo social das remoções que estão em curso?

Por Eric Fenelon e Sheila Jacob

O Rio de Janeiro está se preparando para sediar grandes eventos esportivos internacionais, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O clima de festa e orgulho nacional estampado em jornais e TVs muitas vezes esconde a realidade dos trabalhadores que sofrem diariamente com a violação de seus direitos.

Dentre os mais atingidos estão os moradores de favelas, vítimas de remoções forçadas e de despejos causados pela especulação imobiliária.

Para o historiador Guilherme Marques, conhecido como Soninho, os megaeventos na verdade estão associados a um projeto de cidade que já existia antes e vai continuar existindo. "Este projeto pensa a cidade como empresa, voltada para garantir lucro dos seus acionistas, e não dos trabalhadores". Segundo ele, a preparação para os megaeventos se resume em construir equipamentos e instala-

ções que garantam o espetáculo e a alta lucratividade de quem está investindo.

Além de falar sobre as remoções, nessa entrevista o historiador também fala sobre as UPPs e o que significa "cidade de exceção". Ele considera as lutas sociais e a comunicação de esquerda como importantes armas de enfrentamento a essa política de exclusão.

Vozes das Comunidades: Como a cidade do Rio de Janeiro está se preparando para sediar os megaeventos?

SONINHO: Para a classe dominante, a cidade está se preparando muito bem para a Copa e as Olimpíadas. Por exemplo: a revitalização da Zona Portuária que está sendo feita, associada aos megaeventos, é excelente para o capital imobiliário. Os projetos previstos para essa região, como a Vila dos Árbitros e a Vila de Mídia, vão seguir uma lógica já existente no local, que é a do mercado. Os principais beneficiados serão as grandes empresas, os donos do terreno etc.

Aquele é um espaço que poderia ter sido usado para mudar essa situação de aumento dos preços dos imóveis na cidade. Naquele lugar, cerca de 70% do terreno era público. Ali, a Prefeitura do Rio, o Governo



Rita Lima

condomínios de luxo. As instalações construídas para as Olimpíadas serão vendidas depois por empresas, com objetivo de lucro, para quem puder comprar. Está havendo uma preocupação de se urbanizar apenas parte dessas áreas, e não toda a região da Zona Oeste e nem o todo do Rio. Só será beneficiada uma parte da cidade, que é exatamente o *filet mignon* da especulação imobiliária.

Vozes: Com a preparação para os megaeventos vemos um aumento de remoções em diversas localidades. Como você avalia isso?

SONINHO: Os megaeventos servem como desculpa para justificar remoções em áreas valorizadas. Isso serve para dar um verniz de que a retirada das famílias é necessária, e não é por "fobia de pobre". É o que está acontecendo na Providência, Cantagalo, Pavãozinho. Isso está relacionado às UPPs, um projeto elitizado pensado para algumas áreas da cidade valorizadas ou em vias de valorização.

Cria-se uma imagem de "favela pacificada", que são pouquíssimas e acabam virando objeto de especulação imobiliária. Os pobres dali estão tendo que se mudar para áreas distantes, em locais sem estrutura, sem transporte de qualidade, equipamentos culturais, escolas, hospitais etc.

Quem questiona esse tipo de política de remoção é acusado de ser contra a construção de rodovias para melhorar o deslocamento na cidade. Eu te pergunto: quantos condomínios estão sendo ameaçados para construir linhas de metrô e rodovias? O traçado dos projetos só passa em favelas e áreas de pobres... Para deixar a cidade do jeito que as elites querem, está havendo expulsão direta dos trabalhadores, demolição de suas casas etc. E estas remoções nunca ocorrem com diálogo prévio e nem para levar os trabalhadores para lugares melhores.

SONINHO explica a gentrificação

Gentrificação é expulsão dos pobres

Vozes: Além dessas remoções forçadas, há outras causadas pelo aumento rápido do custo das casinhas e de todos os serviços. É a chamada gentrificação, isto é, tornar caríssimo continuar a morar em áreas cobijadas pela especulação.

SONINHO: Em muitas favelas você tem investimentos como teleférico, elevadores, criação de ruas etc. Do outro lado você está tendo a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que em teoria garante segurança. Nessas áreas valorizadas, você tem a chamada "Remoção via mercado". Neste caso, a expulsão ocorre porque o morador não consegue pagar todas as taxas, como alvará de funcionamento de bar, por exemplo. Você vai à Rocinha hoje e vê

botequim de grandes redes, padaria de rede. Quem dependia da birosca não tem como concorrer com as grandes redes, então é obrigado a vender. Por outro lado, o preço do aluguel tem subido bastante. Quem paga aluguel tem que sair, e o dono do imóvel, que o aluga, passa a ganhar muito mais. De alguma forma isso também vai aumentando a desigualdade dentro da comunidade. Por que a gente chama favela de comunidade? Porque ali os moradores têm bastante coisa em comum, são todos trabalhadores! Com esse processo de elitização rompe-se com a ideia de comunidade e com isso também se rompe com outros laços sociais. Enfim: está ocorrendo em larga escala um processo de aburguesamento das comunidades devido às remoções via mercado. É isso que chama-se de *gentrificação*.

Vozes: Além da Zona Portuária, a Zona Oeste também está no centro dos megaprojetos.

SONINHO: É isso. Há uma série de investimentos na Zona Oeste, principalmente a região da Barra da Tijuca, em áreas onde o mercado já tinha interesse antes. Com os megaeventos você só está reforçando a especulação imobiliária. A região que mais tem crescido e tem mais potencial é a da Barra, que deveria ser aproveitada para garantir boa condição de moradia social, transporte para os pobres etc.

Ao invés disso estão sendo construídos



FRME MARQUES (SONINHO)

Beneficia empresas e não a maioria dos trabalhadores

Vozes: E como você avalia as UPPs?

SONINHO: Pra mim a política das UPPs está longe da ideia de emancipação. Elas estão mais ligadas àquela ideia de “paz sem voz”. Mas para mim, esta “ não é paz, é medo “! Existe uma certa melhoria real, como a não ostentação de armas, mas não houve emancipação. Nessas áreas de UPP, para fazer uma festa você tem que ir falar com o policial fardado, de fuzil nas mãos, ou seja, você sempre está sob o poder militar. Saiu o tráfico, mas você continua tendo que pedir a bênção para outro cara armado. Isto está longe de ser uma paz com voz e com emancipação.

A política de segurança no Rio é, na verdade, uma política urbana de aburguesamento de determinadas áreas da cidade. Até hoje se fala em UPP Social, isso é um absurdo! Quantas escolas excelentes foram construídas nessas áreas? Quantos hospitais públicos, creches? O que foi feito para melhorar a oferta de serviços públicos? O que melhorou, de verdade, para aquele povo?

Vozes: E isso caracteriza uma “cidade de exceção”?

SONINHO: A ideia de cidade de exceção está relacionada ao projeto de cidade-empresa. Os megaeventos, por exemplo, favorecem uma ideia de patriotismo de cidade. Se você tem alguma crítica à Copa e às Olimpíadas então você não é carioca, não está preocupado com a imagem da sua cidade.

Com esse sentimento de pertencimento a algum lugar via espetáculo, cria-se uma cidade de exceção, o contrário de uma cidade de direito. O que não podia antes passa a valer por causa do espetáculo, pelo bem da imagem da cidade. Isso está acontecendo com hotéis no Rio, por exemplo. Antes não podiam ser construídos hotéis nas ruas transversais de Copacabana, Ipanema, Leblon, Barra.

Agora você pode! Por quê? Porque você criou uma lei olímpica que diz que é necessário criar hotéis, e isso justifica tudo.

Vozes: E como a chamada “grande mídia” colabora para tudo isso?

SONINHO: A grande mídia torna natural a ideia de que governo dar dinheiro pro rico é bom pro pobre! Então o que o governo deve fazer não é construir escolas públicas, melhorar os salários dos professores ou dos médicos. O que deve ser feito é baixar os impostos para as

empresas poderem investir, isso é o que a mídia diz todos os dias!

Vou dar um exemplo. No *Globo* outro dia saiu uma matéria que dizia como era ruim para os negócios da cidade não ter hospitais classe AAA, do nível do Sírio-libanês para cima, onde só é atendido quem paga uma fortuna. O jornal estava fazendo pressão sobre a Prefeitura para facilitar o preço do terreno para estes hospitais. Querendo dizer que um hospital desses, para rico, é bom para a cidade.

Pelo mesmo pensamento, qualquer

luta social se torna ruim! Por quê? Porque se o objetivo é vender a cidade, a propaganda é a alma do negócio. E que propaganda é essa? A de uma cidade sem conflito, capaz de abrir mão de qualquer direito para que o capital se instale.

Vozes: Se continuar desse jeito, qual será o resultado dos megaeventos para o Rio?

SONINHO: Criar condições para que as empresas imobiliárias invistam, comprem, vendam, lucrem... Fomentar negócios. Para os trabalhadores não há benefício algum. Em matéria de habitação popular, por exemplo, o que vai sobrar? Não vai ficar nada, só o encarecimento de certas regiões da cidade.

Em outras experiências, como Grécia e China, parte do que era construído tinha que ser destinado para moradia popular. No Brasil vai ser tudo pra rico. Esta seria uma ótima oportunidade de fazer uma reforma no transporte de massa para quem mora e trabalha no Rio.

Cidades como Pequim e Londres construíram linhas de metrô, reformaram estações de trem... Aqui não está sendo feito nada disso. As estações estão sucateadas, as escadas quebradas, plataforma sem cobertura. Pouco investimento está sendo feito nos transportes urbanos com poucos ônibus, todos lotados etc.

Essa também poderia ser a oportunidade de se repensar o incentivo ao esporte no Brasil. Não há projeto real, decente, de reforma de quadras de escolas públicas, equipamentos esportivos, de criação cursos de língua gratuitos para toda a população. Poderíamos aproveitar esse momento para promover medidas positivas para a vida das pessoas além dos megaeventos. Mas isso não ocorreu. O que há de positivo é tão pouco que pode se dizer que não precisava da Copa e das Olimpíadas para fazer.

A CENTRALIDADE da mídia segundo Soninho

Construir nossa mídia e aumentar as mobilizações

Vozes: Que mensagem você manda aos movimentos que procuram fazer frente a essa situação de exclusão e violação de direitos?

SONINHO: Um dos grandes desafios hoje está relacionado à comunicação de esquerda, à disputa de informação para desnaturalizar as questões.

Outro desafio está relacionado às mobilizações populares. Algumas lutas acabam tendo mais visibilidade. Por exemplo: hoje em dia as pessoas estão falando mais de remoção por causa dos megaeventos. Esse debate está sendo levado para os sindicatos, partidos de esquerda, cada vez mais gente está se mobilizando em torno dessas questões. A manifestação na Vila Autódromo durante a *Rio +20*, por exemplo, passou em TVs do mundo inteiro e atraiu muita gente que não é da favela. Isso faz com

que se dê visibilidade e haja a junção de diferentes movimentos em torno de pautas comuns. Isso pode ser positivo para a organização dos trabalhadores e para as lutas políticas e sociais na nossa cidade e no nosso Estado.

Não acho que vamos conseguir mudar muita coisa, mas pode haver vitórias pontuais. Por outro lado, a classe dominante está mais unida e a mídia está fazendo de tudo para que as lutas sociais não deem em nada. Uma mobilização de cinco pessoas na Praia de Copacabana contra a corrupção ganha um espaço significativo nos jornais, enquanto a luta de milhares contra as remoções, por exemplo, ou não são divulgadas, ou ganham pouco espaço na mídia comercial.

Por isso, os movimentos sociais precisam fazer sua própria mídia.



SEGURANÇA

DANOS SOCIAIS NA BAÍA DE GUANABARA - a quem interessa acabar com as lutas populares

Ato público denuncia morte de pescadores e debate os impactos dos megaempreendimentos

Por Sheila Jacob

No final de junho deste ano, dois lutadores foram encontrados mortos, amarrados e afogados nas águas da Baía de Guanabara. Almir Nogueira Amorim e João Nunes Penetra (Pituca) eram pescadores e faziam parte da Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), organização composta por pescadores artesanais que lutam contra os impactos sociais e ambientais na Baía de Guanabara gerados por megaempreendimentos, como o Complexo Petroquímico da Petrobrás (Comperj).

Não é a primeira vez que este tipo de morte com evidências de serem ameaças aos que estão na luta acontecem. Em 2009 e 2010 Paulo César Souza e Márcio Amaro, ambos também da Ahomar, foram igualmente assassinados de forma brutal. Suas mortes não foram esclarecidas. A esses fatos soma-se o desaparecimento. Em julho deste ano, do pescador conhecido como Careca, também ligado à Ahomar. Outras lideranças vêm sendo ameaçadas. As baías e os pescadores estão morrendo por causa de grandes empreendimentos.

Audiência debate a grave situação da pesca no Rio

Para tratar desse assunto, a Câmara dos Vereadores do Rio convocou uma audiência pública para o dia 1º de agosto. Os



Ato em frente ao BNDES denuncia investimentos predatórios patrocinados com dinheiro público

pescadores lotaram o plenário. O objetivo da audiência foi denunciar a grave situação da pesca no Rio de Janeiro e daqueles que têm nela o seu sustento.

O pescador Alexandre Anderson de Souza, presidente da Ahomar, garantiu que, apesar das ameaças e das mortes recentes, a luta dos pescadores contra os danos de grandes empresas vai continuar. Anderson já foi ameaçado diversas vezes, sofreu atentados e hoje recebe escolta policial 24 horas por dia. “A Constituição Brasileira diz que temos direitos iguais, mas hoje estamos sendo expulsos à bala

da Baía de Guanabara por causa de atividades industriais. Tinha que haver uma representação da Petrobrás aqui, já que todos os assassinatos foram cometidos nas áreas em que ela possui empreendimentos. Cadê a responsabilidade social da empresa?” questionou, indignado.

Para mostrar que as denúncias são antigas, Anderson leu um trecho de uma carta escrita por Márcio Amaro, o pescador morto em 2010. Pouco antes de ser assassinado, ele denunciou o descaso com os pescadores atingidos por um vazamento de óleo da Petrobrás na Baía de Guanabara

em 2000. Dez anos depois eles ainda não tinham recebido nenhuma indenização.

Sepetiba sofre com poluição e ação de milícias

A zona do oeste é outra região afetada com os investimentos predatórios que estão sendo feitos na cidade. Os pescadores da Baía de Sepetiba sofrem por causa da ação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) em Santa Cruz. Além da poluição do ambiente e dos danos causados à saúde da população local, há ainda denúncias de que milícias armadas estariam agindo na região e ameaçando as lideranças que lutam pelos seus direitos.

Isac de Oliveira, presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Pedra de Guaratiba, denuncia os impactos na Baía de Sepetiba causados pela TKCSA e a omissão do Ministério da Pesca.

Após o debate na Câmara, todos os presentes saíram em marcha até a sede da Petrobrás, responsável pelo Comperj, e também até o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), por investir nas obras do Comperj e da TKCSA. Como lembrou Sandra Quintela, do PACS, os empreendimentos denunciados na audiência recebem investimentos públicos. Ou seja: é o dinheiro do povo que patrocina ações que não respeitam os direitos das populações tradicionais, como os pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc.

EDUCAÇÃO

Greve atinge 95% das universidades e institutos federais

Por Mario Cavalcante

A greve dos professores que se iniciou em maio, e que de acordo com o sindicato da categoria (ANDES) chegou a atingir 95% das Universidades e Institutos Federais até o final de agosto, contou com o apoio expressivo dos estudantes. Os técnicos-administrativos também entraram em greve. Esta última terminou no final de agosto com a conquista de 15,8% até 2015. Quando fechávamos esta

edição em 3 de setembro, a maioria das universidades já voltavam a funcionar, mas algumas como a UFF, aqui no Estado do Rio, ainda permanecia em greve.

Professores e técnicos-administrativos das universidades entraram em greve por suas reivindicações específicas e também contra a mercantilização, sucateamento e privatização da educação pública.

10% do PIB para educação pública

Enquanto o orçamento da União destina 47,19% dos recursos públicos para

juros e amortização da dívida, o governo federal compromete apenas 3,18% da previsão orçamentária com educação. A Câmara aprovou a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, porém, o prazo para atingir esse percentual é 2023. Ou seja, só daqui a dez anos este percentual será aplicado na educação.

A necessária batalha pela Educação Popular

Chegou o momento de afirmar que

a educação não é mercadoria, e negarmos o projeto imposto pelo capital, cujo intuito é tão somente formar trabalhadores para o mercado, mantendo assim nossa condição de explorados e oprimidos. A defesa radical do caráter público, gratuito, democrático, laico e de qualidade da educação pública é extremamente necessária, embora insuficiente, para a produção e socialização do conhecimento contra e para além da ordem do capital.

CÚPULA DOS POVOS

POVOS DO MUNDO TODO REUNIDOS - encontro discutiu os problemas reais da humanidade

Movimentos sociais realizam evento paralelo à Rio+20

Por Keila Machado e Rosilene Ricardo

Entre os dias 15 e 22 de junho foi realizada, no Rio de Janeiro, a Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil para debater os reais problemas dos trabalhadores. O encontro ocorreu paralelamente à Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio + 20, que apenas reforçou a lógica da exploração ambiental e não apresentou soluções efetivas de controle dos lucros e mudanças nos padrões de consumo dos países ricos.

A maior parte das atividades da Cúpula dos Povos ficou concentrada no Aterro do Flamengo. Várias pessoas de entidades sindicais, movimentos sociais, ambientalistas, povos e agentes da sociedade civil se reuniram para discutir problemas nacionais e internacionais. Tratou-se a respeito dos direitos humanos, emprego, trabalho, acesso aos bens elementares, saúde, educação e serviços.

Alguns dos momentos de expressão máxima foram as assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos,



Índios em marcha no Centro do Rio

que pintou de faixas e bandeiras a Av. Rio Branco na quarta-feira, dia 20.

Nos três dias anteriores ao evento, 12, 13 e 14 de junho, sindicalistas dos quatro cantos do mundo se reuniram no Hotel Windsor Guanabara para discutir sustentabilidade com manutenção do trabalho. Temas como Ação Sindical em desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, energia, saúde, oportunidades e desafios para mulheres e

jovens estiveram no centro dos debates da "Segunda Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio Ambiente - Rio + 20".

Em várias partes do mundo, operários têm seus direitos trabalhistas e civis desrespeitados pelas empresas ou pela falta de respeito de governantes. Este encontro de trabalhadores possibilitou uma troca de informações excelente para perceber em que temos que avançar no Brasil. O principal de-

safio é promover uma verdadeira transformação social, o que exige união de ações e lutas a partir dos modelos de resistência aos ataques do sistema que estão em curso em todos os cantos do planeta. **A força das mobilizações e dos debates ocorridos durante a Cúpula dos Povos fortaleceu a convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.**

Manifestantes na Vila Autódromo contra a remoção

Por Jane Nascimento e Zélia Dazzi

Um dos principais acontecimentos da Cúpula dos Povos foi o apoio à luta da Vila Autódromo contra a remoção. A comunidade vem sendo ameaçada pela Prefeitura desde que foi anunciada a realização de megae-

ventos esportivos no Rio de Janeiro. Na manhã do dia 20 de junho, cerca de 2000 manifestantes marcharam até a comunidade, conduzindo faixas e cartazes que chamavam atenção dos participantes. Dentre elas a faixa "Eco 92+20=0". A soma deixa claro que, desde a Eco 92, o Brasil nada fez. Continua destruindo

suas florestas e a natureza. A Rio+20 serviu como vitrine dos crimes contra o meio ambiente.

No dia anterior à marcha, 19 de junho, teve início a concentração dos povos nas igrejas, associação e residências na Vila Autódromo. Era aguardada uma caravana de 60 ônibus, mas nem todos tiveram acesso ao local, pois a Prefeitura decidiu fechar a avenida por onde chegariam os manifestantes. Os presentes denunciaram que índios, quilombolas, negros, enfim, qualquer trabalhador assalariado ou informal não tem direito à voz no país.

Durante a marcha do dia 20, todos pediam a não remoção das comunidades atingidas pelos megaeventos e pela especulação imobiliária. A Polícia Militar e o Exército bloquearam a via de acesso ao Rio Centro, impedindo que a Marcha da Vila Autódromo se aproximasse da Conferência Rio+20. O recado foi dado, mas à distância.



Participantes da Cúpula dos Povos em protesto na comunidade

Declaração Final da Cúpula dos Povos

"Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. [...] As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador." *A carta completa pode ser lida em <http://cupuladospovos.org.br/>*

MULHER

ASSOCIAÇÃO VENCEDORAS - exemplo de igualdade nas quadras



Futebol também é esporte feminino

Por Janaína Nascimento,
Rebeca Vitória e Tainara Nascimento

Aderlúcia Nascimento da Silva nasceu no distrito de Barroso, na pequena cidade de Quixelô, interior do Ceará. Aos nove anos de idade caminhava 14km para chegar à escola, mas nenhuma dificuldade a fez parar. Foi educadora popular em cursos de alfabetização de adultos, aluna e depois monitora de projetos sociais que visavam ao desenvolvimento de lideranças locais. Montou seu próprio grupo de trabalho voluntário. Conseguiu uma bolsa de estudos. Veio para o Rio de Janeiro,

concluiu a faculdade de fisioterapia e agora termina a de educação física.

Atualmente Aderlúcia é educadora do Programa Vencedoras/Vencer, do Instituto Companheiros das Américas. O projeto prepara jovens para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades importantes de meninas através da prática do futebol. Para não perder o contato com as jovens que concluíam o curso, ela criou a Associação Vencedoras.

Das reuniões mensais às partidas semanais

No início o grupo participava apenas

de reuniões mensais para um bate-papo em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, mas depois decidiram marcar uma “pelada” semanal em um campo próximo. O único horário disponível era sábado, das 7 às 9 horas da manhã. Como duas horas era pouco para jovens apaixonadas por futebol, elas saíam do campo e se dirigiam para a praça mais próxima. Não havia cobertura no campo nem na praça e, em um dia de chuva, as integrantes da Associação foram em busca de uma quadra coberta. A mais próxima era a do CIEP Ullysses Guimarães, em Curicica, Jacarepaguá. Bastou uma conversa com o

guarda da escola e já são quase dois anos de atividade na quadra.

Aderlúcia também criou a Associação com o intuito de mostrar que homens e mulheres são iguais no esporte. “O esporte é um direito da mulher. Acho que, quando a gente joga aos sábados, nossa principal atividade é a luta por direitos”. Já que a ideia é igualdade, meninos, crianças, adultos, pessoas que sabem e pessoas que não sabem jogar também têm espaço na Associação Vencedoras. “A Associação é um espaço que foi criado por mulheres mas é aberto a todos que querem participar”, conta Aderlúcia.

Mulheres devem lutar pelo mesmo salário que os homens

Por Eva Ganc e Ricardo Félix

A história da luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres remonta à luta feminina pelo direito ao voto. No Brasil as mulheres só puderam ir às urnas após a aprovação da Constituição de 1934. Mas este fato não resolveu o problema da diferença entre os salários de trabalhadores e trabalhadoras que exercem a mesma função.

Durante o regime militar muitas manifestações populares foram sufocadas. Com o ressurgimento das greves operárias no final dos anos 1970 e na década de 1980, foi retomada a luta pelo salário igual. Os movimentos negros, ao verem chegar em 1989 o centenário da abolição,

se adiantaram. Junto com as mulheres, fizeram pressão na constituinte de 1988. Engrossaram uma luta histórica que até hoje não foi contemplada.

O pensamento de que mulher deve ficar em casa e seu salário é complementar na família, é uma maneira de deixar para o capitalismo mais uma possibilidade de mão de obra barata. Essa força feminina de trabalho passa a ser adquirida com baixo custo. Por consequência, desvaloriza o valor do trabalho masculino também.



Clara Oliveira, 30 anos, empregada na construção civil, diz que na sua área as mulheres têm que fazer muito mais cursos para no final alcançar trabalhos menos qualificados e com salários mais baixos. “Sou eletrotécnica e não consigo trabalho na minha função. Estou ganhando menos do que um homem na função de eletricitista”, desabafa. Muitas vezes a situação piora quando, além de mulher, a trabalhadora é negra. Dayse Oliveira, da área de educação, contou que uma docente negra com mestrado ganha menos em institui-

ções privadas que uma branca no Estado.

Para alterar essa situação, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) aprovou no início de março, por unanimidade e em caráter terminativo, um Projeto de Lei (PL) que multa empresas que pagam salários menores para mulheres do que para homens quando ambos desempenham o mesmo cargo. Apesar de a Constituição Federal já proibir a diferença de salário entre homens e mulheres que executam a mesma tarefa, essa medida não é respeitada. Atualmente o PL está sendo rediscutido no Senado, pois o texto original está recebendo emendas. É preciso pressionar. As mulheres têm de lutar por seu valor, como força de trabalho igual aos homens.

CULTURA E HISTÓRIA

PAPEL DO CINEMA NO BRASIL - muito além da pura diversão

Sétima arte pode servir como importante arma política

Ao contrário do que muita gente pensa, cultura e política costumam andar de mãos dadas. Como em nenhuma outra arte, o cinema tem o poder de mostrar o que acontece ao nosso redor. Até os filmes menos explicitamente “politizados” atuam como espelho da sociedade.

Bárbara Machado, Jonathan Ferr, Julio Lacerda, Luiza Toré e Malu Machado

O uso do cinema na propaganda estatal

No início do século XX, a propaganda estatal percebeu o poder da sedutora novidade que era o cinema e se apossou dele para disseminar estilos culturais e visões políticas. No Brasil, um caso notório foi a Era Vargas, ocasião em que foram produzidos filmes com intenção de glorificar as políticas do governo e desmobilizar manifestações populares. Eram filmes com intensa propaganda patriótica e contra a ideologia socialista. Outro caso foi no momento pré-ditadura militar, com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). A instituição apoiava e veiculava curtas de fácil entendimento que defendiam a propriedade privada e tradições religiosas e familiares, contra governos populistas ou comunistas.

Filmes também possibilitam denúncia social

Entretanto, não só o Estado deu a devida importância ao cinema. Contrários à estética e às ideias culturais dominantes da época, cineastas brasileiros criaram o chamado **Cinema Novo** no início da década de 1960. Este foi um importante gênero de mostra política no cinema. Glauber Rocha, um dos grandes nomes do movimento, foi um entusiasta defensor de uma nova concepção de estilo. Ele propôs a chamada *estética da fome*, com o objetivo de desfazer clichês como tratar a miséria como algo folclórico e a favor da elevação da consciência popular. Filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em transe*, de Glauber Rocha, *Ganga Zumba*, de Cacá Diegues, *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos, *Os Fuzis*, de Ruy Guerra, dentre outros, expunham mazelas do cotidiano brasileiro, registrando um Brasil que era escondido pelo regime militar.

Influenciados pelo neo-realismo italiano, eles problematizavam questões pouco discutidas em sua geração. Discriminação racial, as diferenças sociais gritantes, o capitalismo massacrante e outros assuntos. Foi um tempo em que muitos artistas, políticos e comunicadores foram enviados para o exílio, por denunciarem publicamente as mazelas de nossa sociedade. Hoje, filmes como os citados acima são reverenciados como clássicos do cinema. E também tidos como importantes registros históricos de um Brasil que ninguém via. A não ser pelas lentes desses artistas.

Influência da cultura dos Estados Unidos na América Latina

Com o início da Grande Depressão, crise econômica ocasionada pela “quebra” da bolsa de Nova York em 1929, os Estados Unidos estavam passando por vários problemas internos, e precisavam mudar suas táticas

de domínio na América Latina. A política de Boa Vizinhança, criada por Franklin Roosevelt em 1932, visava à consolidação do domínio político e benefícios econômicos do país sobre a América Latina. Esta política era maquiada pela falsa imagem de uma América como a “terra da liberdade”, pregando a ideia de uma comunidade americana de nações e provocando a criação de uma “solidariedade” continental. A política de boa vizinhança exportou o estilo de vida estadunidense, conhecido como “American way of life”. A consequência foi a penetração da cultura norte-americana nos países latinos por meio do rádio, música, literatura, fotografia e cinema, modificando assim todos os nossos meios artísticos.

Através da criação do órgão de coordenação

de assuntos interamericanos (OCIAA – sigla em inglês), os EUA procuraram estimular um intercâmbio cultural com os países latino-americanos para impor a ideologia e a cultura estadunidenses. Este órgão atuava em vários setores, como comunicações, relações culturais, saúde e comércio. É importante ressaltar que, no discurso deste órgão, estava embutido outro discurso: o de que a América do Norte era um local de perfeição e a sua intervenção em outras regiões do mundo seria para espalhar esta “perfeição”.

Foi criado também um programa de intercâmbio cultural com os países latino-americanos. Foram concedidas bolsas de estudos a artistas, promovendo exposições de arte e festivais de música latino-americanas em lugares como o Museu de Arte Moderna de Nova York (Moma). Também foi criado o personagem Zé Carioca, amigo brasileiro do Pato Donald, por patrocínio da OCIAA para representar as relações de boa vizinhança entre Brasil e EUA.

“A produção cultural sempre vai refletir os acontecimentos sociopolíticos e econômicos”, diz músico

Por Malu Machado, Josete Bezerra e Rosilene Ricardo

Além de filmes, a literatura, a fotografia, a música e outras manifestações artísticas sofrem interferência da realidade à qual estão vinculadas e podem servir como elemento de intervenção na sociedade. Em entrevista ao jornal *Vozes das Comunidades*, o músico carioca **Tomaz Miranda** explica um pouco a influência que a política pode exercer nas produções culturais, principalmente na música. “A produção cultural, musical, teatral, ou qualquer área da cultura, sempre vai refletir os acontecimentos sociopolíticos e econômicos”, afirma Miranda. Segundo ele, “qualquer produção cultural não está desvinculada da realidade. Quem produz são os seres vivos, que não deixam de ser atores sociais. Então a música sempre vai refletir de



Tomaz Miranda se apresenta no Centro Cultural Carioca

alguma forma o que está acontecendo, seja no nível mais abstrato ou no mais concreto”.

No campo da música, por exemplo, existem várias canções que falam da miséria e da fome. “Tem as músicas do Luiz Gonzaga, os baiões nordestinos, que contam a miséria do sertão. Os compositores estão sempre dialogando com as suas

próprias realidades, principalmente os compositores populares, e você vê isso muito na obra do compositor popular brasileiro”, lembra o músico. Como exemplo ele cita os sambas do Wilson Batista que falam sobre o trabalho na época em que o trabalhismo varguista ocupava um protagonismo muito grande na política econômica social brasileira. Ele também lembra das produções musicais do período militar. “Nesse momento havia as canções que afrontavam o regime ou que tentavam driblar a censura. A repressão serviu como estímulo, mas um estímulo ruim. Chico Buarque teve letras alteradas, o povo estava sendo muito oprimido e a produção folclórica não ganhou notoriedade. Chico exercitou o lado criativo, mas o preço que se pagou foi muito alto”, opina Miranda.

CULTURA HOJE

Músicas de protesto nas favelas cariocas

CD **Pedagogia da Dominação**

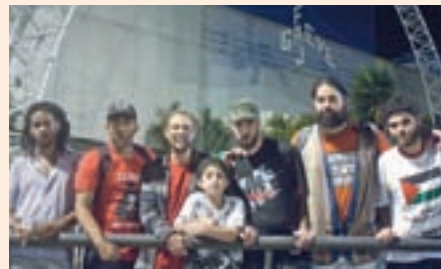
Marta Bizanovsky

O Repper Fiell morou em várias favelas e hoje é “O Fiell do Santa Marta”. Faz programas na rádio comunitária Santa Marta, lançou o livro *Da Favela para as Favelas* e produz vídeos sobre a realidade do morro em que vive. Além disso tudo, atua há 15 anos no movimento Hip-hop, entendendo que a música pode servir como arma de defesa da libertação de um povo. “Uso o Hip

Hop para alertar e apontar os nossos algozes, que vão além da polícia truculenta”, conta. Fiell já lançou dois CDs: “Mundo Cão” (2002) e “Árbitro da Própria Vida” (2006). Para este ano, prepara o lançamento de seu terceiro álbum, intitulado “Pedagogia da Dominação”, o qual, segundo ele, traz uma mudança no modo de pensar a sociedade e a própria música. “Hoje, depois de atuar, participar e aprender com os diversos movimentos sociais e cursos de formação política, descobri os meus verdadeiros inimigos. Faço agora a minha parte: levar conhecimento ao povo trabalhador nas favelas e periferias com o Hip Hop revolucionário”, diz. O CD traz músicas como “Um mundo melhor”, “Trabalhadores no Brasil”, “O povo unido”. São canções que, segundo Fiell, fazem os ouvintes refletir, indo na contramão de uma educação que não propõe a libertação e serve para manter a sociedade de exploração em que vivemos.

Para saber mais sobre o CD, acesse nosso blog: <http://vozesdascomunidades.org>

Bonde da cultura é arte popular



Henrique Zito

Em 2009, o Morro do Jorge Turco, em Coelho Neto, viu o despertar de um movimento artístico que unia poesia, música e muita discussão política para tentar transformar a realidade local. Este foi o nascimento do Bonde da Cultura, formado por jovens inconformados com a terrível desigualdade social que existe no nosso país e, principalmente, no Rio de Janeiro. O objetivo do grupo é dar visibilidade à voz dos moradores de favelas e despertar a reflexão coletiva e a vontade de se lutar por uma sociedade justa. Ao mesmo tem-

po, suas composições servem como um canal de comunicação para a sociedade, mostrando a realidade e o posicionamento combativo desses jovens. Eles querem ampliar cada vez mais sua área de atuação porque o grupo entende que as manifestações culturais podem servir como importante elemento de politização e poderosa arma na luta de classes. Para esses jovens, a arte não deve servir apenas para diversão. Pelo contrário: deve ser, combativa, reflexiva, e deve contribuir para a libertação de quem ouve suas canções. De fato, suas músicas emocionam. São feitas da raiva da denúncia e da esperança de se viver em um mundo melhor. “Vamos derrubar o sistema”, “Anseio o Dia”, “Hereditários do Egoísmo” são alguns dos títulos que reúnem o sonho e a luta por um outro amanhã.

Contato: <https://www.facebook.com/bonde.dacultura>

INTERNACIONAL

O DIA DA IRA NO CAIRO - a luta popular ainda não acabou

Egípcios querem manter acesa a chama da esperança

Reforma Política no Egito enfrenta agora seu maior desafio: manter a unidade e consolidar o que levou a população à praça Tahrir

Por Claudia Morgana

A revolução Egípcia que começou em 25 de janeiro de 2011 nos mostra que a vontade popular pode fazer coisas incríveis no que diz respeito à recuperação da justiça. O Egito provou isso, e desfruta agora de um momento de profunda sensação de vitória e certeza de que a população pode e deve interferir na tomada de decisão governamental. Agora, porém virá a parte mais desafiadora desse levante. A população não pode ser ingênua no processo de continuidade dessa luta pelo direito e pela diversidade existentes dentro da nação. Toda

vitória conquistada precisa ser mantida.

A luta no Egito começou com uma explosão popular conhecida como “O dia da ira”, uma batalha que encheu a praça Tahrir, no centro do Cairo, de cidadãos de todas as classes, etnias, e gêneros. Foi uma grande surpresa. Receberam o nome de revolucionários por não aceitar a atual situação do Egito. Mas eclodiu em um grito partidário com o resultado das eleições na qual a Irmandade Muçulmana venceu em junho de 2012.

O artista local Karim Bakry criou uma exposição de fotos fazendo uma crítica ao que a revolução tinha se tornado. “O espírito da revolução foi quebrado com o passar do tempo e o senso de unidade foi perdido e dividido”.

O fato de não ter experiência política pra se proteger das articulações externas e de grupos políticos internos tem levado os egípcios a baixar guarda depois da

vitória da Irmandade Muçulmana.

Após as eleições deste ano é o momento de consolidação das lutas e aspirações. Esse é sempre um período extremamente negligenciado pelo mesmo povo que gritava nas praças. O que era sonho precisa transformar-se em ações, leis e medidas que serão conquistadas com perseverança e paciência no processo político. Nenhuma reforma política pode ser encarada com ingenuidade por parte do povo.

Um novo Estado, um novo momento político, social e econômico que o Egito quer desfrutar será conquistado nos próximos anos desse governo se esses mesmos que levantaram suas bandeiras na praça Tahrir estiverem dispostos a lutar. Buscar fazer dos próximos anos uma contínua luta pela igualdade, direito e justiça como foi o grito do “dia da ira” da

Praça Tahrir, em 2011. Manter a chama da revolução acesa dentro do coração agora amadurecido pelas perdas e conquistadas é o desafio do povo egípcio.

